

Reduziu-se a dependência externa?

O governo tem motivos para rejubilar-se com os resultados obtidos no mês de junho por sua política econômica. O nível da inflação foi o mais baixo desde fevereiro de 1980, o valor das exportações foi o mais alto desde maio de 1980 — quando se registrou extraordinária venda de café —, o valor das importações foi o mais baixo desde fevereiro do mesmo ano de 1980 e a balança comercial acusou superávit maior do que em qualquer mês de 1979 e 1980. Deste modo, entende-se a declaração do ministro Antônio Delfim Netto, chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, segundo a qual se reduziu a dependência externa da economia nacional. Não obstante, pode-se perguntar se não há alguma dose de ilusão a inspirar essa declaração, a que o ministro aditou ainda estas palavras: "... impondo o menor custo social possível".

Concordamos inteiramente com o governo em que era necessário dar prioridade à questão do restabelecimento do equilíbrio do balanço de pagamentos. Aliás, sempre sustentamos, nestas colunas, ser preferível seguir uma política recessionista sobre a qual se exerce controle a mergulhar numa crise originada no Exterior, que deixaria o País sem meios de honrar seus compromissos. A nosso ver, o governo age com sensatez ao empenhar-se em conter a expansão econômica para imprimir equilíbrio à balança comercial. Deveria, entretanto, proclamar, com desassombro, que o presente estado de recessão era uma necessidade que se impunha, em vez de negar e tergiversar em torno desta manifesta e visível recessão.

Não subestimamos o significado do êxito alcançado pela política de comércio exterior. O déficit registrado no primeiro semestre deste ano não foi superior a 282 milhões de dólares, muito menor que o de 733,2 milhões, correspondente ao primeiro semestre de 1979, e incomparavelmente

menor que o de 2.036 milhões, referente ao primeiro semestre do ano passado. Os números falam por si mesmos e atestam que o País caminha para o equilíbrio da balança comercial, meta que há alguns meses parecia mero sonho. Mas seria preciso lembrar o modo pelo qual se atingiu tal resultado.

Poder-se-ia notar que o crescimento de 18,1% no valor das exportações, logrado até o mês de junho, dista muito da previsão governamental, que calculou, para 1981, o crescimento médio de 24%. Não obstante, se se deixa de lado a exportação de café, esse resultado pode ser considerado satisfatório, pois, a despeito do declínio das cotações das chamadas **commodities**, verifica-se que as vendas ao Exterior cresceram 27,6%. Mas é importante lembrar que esse resultado custou à Nação um preço nada módico: pesadas desvalorizações cambiais, cada vez menos espaçadas, restabelecimento do crédito-prêmio — que onera o orçamento monetário —, drástico retraimento da demanda interna para deixar excedentes exportáveis. O custo social desse resultado foi, sem dúvida, bastante pesado.

O sucesso maior refere-se às importações, que globalmente sofreram redução de 0,9% no semestre e que, excluindo-se o petróleo e o trigo, baixaram, em valor, 6,6%, o que em volume deve corresponder a uma redução real da ordem de 15%. Estes dados revelam a amplitude da recessão que assola o setor manufatureiro, que é o que mais pesa nas compras no Exterior. Com efeito, nem mesmo a real desova dos estoques pode explicar redução de tal ordem. Percebe-se que esta política, cuja necessidade reconhecemos, vem tendo um alto custo social.

Mas estará o País reduzindo sua dependência externa com esses resultados alcançados com tantos sacrifícios? Infelizmente, não chegamos às mesmas conclusões que o titular da Pasta da Seplan. A melhora da balança comercial surte efeito bastante be-

néfico, mas vê-se que o que se está ganhando nesse setor é amplamente neutralizado pela ascensão das taxas de juros no mercado financeiro internacional, que provavelmente acarretarão um dispêndio de dois bilhões de dólares além daquele que o governo tinha previsto. É preciso atentar no mecanismo infernal que decorre dessa alta das taxas de juros. Como os gastos são maiores, o País precisa captar mais recursos, no mercado externo, para pagar esses juros; com isso, condena-se a pagar mais juros sobre uma dívida externa maior.

Se o País ainda tem de captar, somente este ano, cerca de 16 bilhões de dólares (sem falar nos recursos obtidos a curto prazo, sobre os quais também se pagam juros...) — que elevarão a dívida externa (incluindo as operações a curto prazo) a cerca de 70 milhões de dólares —, como é possível afirmar que se reduziu a dependência externa? A verdade é que, no próximo ano, a situação será exatamente a mesma deste ano. Para pagar a dívida será necessário captar mais recursos. Será necessário contar com um superávit na balança comercial, superávit que dificilmente será obtido apenas com substancial crescimento das exportações, e que depende, principalmente, da redução das importações. Em outras palavras: será preciso manter uma taxa de crescimento muito baixa, será preciso manter taxas de juros muito elevadas...

O único meio de reduzir-se a dependência externa seria, na verdade, reduzir progressivamente a dívida externa. Para isso, haveria necessidade de conseguir a consolidação da dívida, de obter ajuda do FMI — para escapar do círculo infernal que obriga a contrair empréstimos sempre maiores para pagar sempre maiores juros.

Nem toda a retórica otimista do ministro Delfim Netto envolve essa realidade que temos de enfrentar. Quanto mais cedo melhor, mesmo porque já é muito tarde.